

A AÇÃO POPULAR E O FEMINISMO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA MEMÓRIA DE TRÊS MILITANTES

DÉBORA STRIEDER KREUZ¹; CLARICE GONTARSKI SPERANZA²

¹ Universidade Federal de Pelotas – debora_kreuz@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Pelotas – clarice.speranza@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Durante 21 anos o país esteve imerso em uma ditadura civil-militar que prendeu, torturou, matou e desapareceu sistematicamente com seus opositores. Dezenas de grupos clandestinos foram formados para, de forma armada ou não, combater o estado ditatorial vigente no país entre 1964 e 1985. A pesquisa estuda acontecimentos inseridos neste contexto histórico e, através de entrevistas com três mulheres que combateram o autoritarismo, busca analisar se o movimento feminista teve alguma influência durante a sua militância.

As mulheres faziam parte de um grupo de oposição denominado Ação Popular – AP, o qual seguia a linha política segundo a qual a conscientização dos trabalhadores, urbanos e rurais, era a melhor forma para a derrubada do regime. É importante ressaltar que a AP surgiu a partir da militância de setores progressistas da Igreja Católica já em 1962, apoiando as reformas propostas pelo presidente João Goulart (GORENDER, 1987).

Na década de 1960, o movimento feminista mundial teve um novo fôlego. Diferentemente daquela onda do início do século, a qual se destacou por se relacionar ao sufrágio feminino, os anos 60 viram emergir uma nova proposta, relacionada, especialmente, com a libertação da sociedade patriarcal (TELES, 1999). Tal discussão, especialmente sobre as liberdades, sexual, sobre o corpo, antes restrita ao espaço doméstico passou a tomar o âmbito público. Contudo, como já mencionado, vivíamos em país no qual os direitos estavam cerceados, inclusive o de manifestação. Já os grupos clandestinos possuíam outras preocupações, como demonstrado por Cristina Scheibe Wolff (2012):

Os movimentos de contestação ao regime, por sua vez, estavam mais preocupados com o que chamavam de “questões gerais” do que com os direitos das mulheres. (Para eles, primeiro deveria acontecer uma transformação no sistema econômico, eliminando-se a exploração de classe nos moldes capitalistas, para depois serem realizadas mudanças que atingissem a cultura e outros tipos de desigualdade, como as ligadas às questões raciais e de gênero).

É abarcando os dois contextos supra mencionados que se insere o presente trabalho: analisar se o movimento feminista de segunda onda teve alguma influência durante a militância contra a ditadura das três mulheres da Ação Popular.

2. METODOLOGIA

Para a realização da proposta utilizamos a metodologia da História Oral, fazendo entrevistas com as ex-militantes. Portanto, a fonte principal é a memória. Sabemos que esta é estruturada no momento da narrativa, não se referindo

somente ao passado, mas também ao presente e ao futuro (POLLAK, 1989; CANDAU, 2012), de forma que cabe analisá-la e não somente reproduzi-la.

Foi realizada uma entrevista que durou em torno de uma hora (1h) com cada militante. São elas: Nilce Azevedo Cardoso, Derlei Catarina de Luca e Gilse Westin Cosenza. Foram realizadas entrevistas temáticas, de forma a privilegiar o momento da militância contra a ditadura no momento da sua fala (ALBERTI, 2004).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa e análise dos depoimentos, as três mulheres entraram na política a partir do movimento estudantil, secundário e universitário. No período, o número de militantes do sexo feminino aumentou de forma considerável. Wolff (2010) explica que o maior acesso ao ensino, especialmente o superior, fez com que as mesmas passassem a ter acesso aos principais movimentos políticos e sociais.

A partir das entrevistas podemos considerar que o movimento feminista de segunda onda, teve influência variada entre as militantes, especialmente a partir de 1964, quando do momento do golpe. Enquanto que para Gilse e Derlei ele, (ao menos nos anos iniciais da sua militância), passou despercebido, para Nilce ele foi importante para que compreendesse muito daquilo que ocorria no dia-a-dia da organização. Por exemplo: a divisão de tarefas entre os companheiros e atividades desempenhadas, pois, para as mulheres eram designadas, muitas vezes, tarefas consideradas menos importantes.¹

Podemos analisar as diferentes perspectivas das militantes tendo em vista o contexto enfrentando pelo Brasil na época, onde as liberdades fundamentais estavam quase que totalmente cerceadas e a preocupação maior das organizações clandestinas era a derrubada da ditadura, havendo muito pouco espaço para a discussão de demandas específicas.. As palavras de Gilse sintetizam esse momento: “Não tinha como você estar colocando a discussão da mulher nesse período. Nesse período era discutir como enfrentar a ditadura, como sobreviver, como levar a luta pra frente.”²

Já Derlei menciona que: “Dentro da organização as mulheres eram militantes, não tinha homem nem mulher, era militante. Não tinha casal. Tinha militante individual. Então não havia nenhuma diferença entre homem e mulher.”³ Percebemos que, pelo relato de Derlei, na organização não havia espaço para discussão. havia uma única discussão – a realização das tarefas “revolucionárias”.

Ou seja, mesmo com a ampla repercussão do movimento feminista a nível internacional, colocando em pauta questões antes relegadas ao âmbito privado, no Brasil, a preocupação maior, de acordo com a percepção das mulheres entrevistadas, relacionava-se com as necessidades imediatas da militância. Contudo, tal afirmação não pode ser elencada de forma absoluta, pois, para Nilce, o

¹ CARDOSO, Nilce Azevedo. Depoimento concedido ao trabalho. Porto Alegre, 06/06/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz

² COSENZA, Gilse Westin. Depoimento concedido ao trabalho. Belo Horizonte, 20/03/2014. Entrevistadora. Débora Strieder Kreuz.

³ DE LUCA, Derlei. Depoimento concedido ao trabalho. Florianópolis, 18/09/2013. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz.

movimento feminista foi de suma importância para mulheres que adentravam a luta contra a ditadura.⁴

Percebemos que tal experiência foi fundamental para que, a partir de meados da década de 1970, após o extermínio de praticamente todas as organizações de esquerda, o movimento feminista pudesse se organizar enquanto movimento social de fato (PINTO, 2003), dando ampla divulgação e problematizando as questões relacionadas às mulheres.

4. CONCLUSÕES

A ditadura civil-militar marcou profundamente a sociedade brasileira em vários aspectos. Contudo, mesmo com muitos trabalhos sobre diferentes temas somente há pouco tempo a historiografia começou a preocupar-se com questões relacionadas à participação das mulheres em organizações clandestinas de esquerda. Tal análise é de suma importância para que a compreensão sobre a formação do movimento feminista nacional ocorra, tendo em vista a importância daquelas que militaram contra a ditadura na sua composição.

Percebemos entre as três militantes da Ação Popular, o movimento feminista foi considerado importante por apenas uma delas, Nilce (ao menos inicialmente). Gilse, após o desmantelamento da sua organização e depois com a anistia (1979), passou a militar no movimento de mulheres do seu novo partido, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

Portanto, para fins de conclusão, ressaltamos novamente a importância da experiência de tais mulheres para a consolidação do movimento feminista nacional, embora no momento da militância as mesmas não tivessem tal preocupação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PEDRO, Joana; PINSKY, Carla. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. Pg. 423-446.
- WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 138-55.

⁴ CARDOSO, Nilce Azevedo. Depoimento concedido ao trabalho. Porto Alegre, 06/06/2012. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz.